

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, pelas nove horas, no Auditório da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/02, de 11 de Janeiro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, David Joaquim Neno, em substituição do secretário Manuel Adolfo da Rocha Veiga e Costa e Domitila de Fátima Morais Branco, respectivamente.

Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos senhores Deputados Municipais na qual se verificou as ausências dos Deputados José Firmino Brunhoso Cordeiro; Manuel António Gouveia; Manuel Adolfo da Rocha Veiga Costa; José Alberto Ferradosa Saldanha; José dos Santos Januário, António Miguel Pacheco e Ezilda da Conceição Escobar Borges (convocada em substituição da Deputada Iolanda Cristina Barros Neves).

Justificou a falta no prazo legalmente estabelecido, o Deputado José Firmino Brunhoso Cordeiro.

Não justificaram a falta no prazo legalmente estabelecido, os Deputados Municipais Manuel António Gouveia; Ezilda da Conceição Escobar Borges, Manuel Adolfo da Rocha Veiga Costa, José Alberto Ferradosa Saldanha; José dos Santos Januário e António Miguel Pacheco.

Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos.

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados que estavam presentes as Atas em atraso para serem submetidas a aprovação, começando por referir a Ata da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em dezassete de Julho de dois mil e dez, da responsabilidade da anterior mesa.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos aos Membros da Assembleia Municipal mencionado depois, um erro no Período Antes da Ordem do Dia da ata referida, pois no terceiro parágrafo, onde se lia “explicasse” deveria ler-se “explica-se”.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezassete de Julho de dois mil e dez à votação, tendo sido aprovada, por **maioria**, dos trinta e quatro Deputados presentes, com vinte e oitos votos a favor, zero votos contra e seis abstenções.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da Quinta Sessão Ordinária de dez de Dezembro de dois mil e onze à votação, tendo sido aprovada, por **unanimidade**, dos trinta e quatro Deputados presentes.

Posteriormente, o Senhor Presidente da Mesa, comunicou que estava também presente a ata da Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de sete de Janeiro de dois mil e doze para ser submetida à votação.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra, e referiu que na Ata não constava o pedido solicitado pela Bancada do PSD/CDS, que seria a introdução de um documento, uma vez que nos CD's de apoio, esse documento estaria inaudível. Disse, ainda, que enviou atempadamente aos Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos esse documento via-email para ser inserido na respetiva ata.

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Senhor Deputado Mário Soeiro solicitou a palavra e depois de apresentar cumprimentos referiu que na página quatro da ata poderia ser incluída a parte em falta, referente à intervenção escrita a que o Deputado Luís Terêncio se referiu anteriormente.

O Senhor Deputado Carlos Alendouro solicitou a palavra, apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal, referindo de seguida que em sua opinião a ata em questão poderia ser aprovada, sendo-lhe posteriormente agregado o texto em falta.

O Senhor Presidente da Mesa da colocou a ata da Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de sete de Janeiro de dois mil e doze à votação, tendo sido aprovada, por **maioria**, dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções.

Por último, o Senhor Presidente da Mesa colocou a ata da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de Junho dois mil e onze à votação, tendo sido aprovada, por **maioria**, dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e três votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra para referir alguns pontos que a Bancada do PSD/CDS-PP considerava importantes. Começou por manifestar o desagrado com a marcação desta sessão da Assembleia Municipal para um dia de semana útil, contrariando a anterior posição do Senhor Presidente de Mesa, que defendia que as sessões deveriam ser realizadas aos Sábados. Disse, depois, que a documentação continuava a chegar tardiamente às mãos dos Deputados Municipais, não permitindo proceder atempadamente à sua leitura e análise.

O Senhor Deputado Luís Terêncio, continuou a sua intervenção e questionou o Executivo sobre o ponto da situação em que se encontra o processo de alienação da Empresa Municipal AlfândegaTur.

Depois pediu ao Executivo uma explicação sobre a organização do Carnaval, referindo que concorda com a participação da Câmara Municipal nos festejos, por uma questão social, mas não concorda com o empréstimo de um autocarro a uma Freguesia do Concelho, para ir festejar e desfilar no Carnaval de Macedo de Cavaleiros.

De seguida, o Senhor Deputado Luís Terêncio disse que o Executivo reunia regularmente com os Presidentes de Junta de Freguesia, com o objetivo de se inteirar das necessidades das populações das Freguesias, mas o resultado final dessas reuniões em nada traduzia o que era acordado, uma vez que só eram efectuadas as obras nas Freguesias cujo Presidente de Junta fosse simpatizante do partido do Executivo. Assim, disse, não vê razão para existirem estas reuniões, uma vez que aquilo que é acordado não é depois cumprido.

Posteriormente, questionou o Executivo sobre os custos com a realização do Mercadinho da Amêndoa, uma vez que na atual conjuntura económica, exigia-se contenção financeira aos Municípios, principalmente aos que têm mais dificuldades financeiras.

Relativamente aos Protocolos assinados entre o Município e algumas Instituições, o Senhor Deputado Luís Terêncio questionou o Executivo em relação ao Protocolo assinado com a Liga de Amigos do Centro de Saúde com o objetivo de fazer cumprir uma promessa de trabalho a duas Técnicas de Saúde, na Unidade Móvel de Saúde, referindo que este Protocolo não fazia nenhum sentido, uma vez que já existia um Protocolo tripartido (Município - Santa Casa - Centro de Saúde). Questionou, depois, se o Ministério da Saúde rescindiu o Protocolo assinado anteriormente com o

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Município, e se não o rescindiu, este está vigor, tornando-se, assim, obrigação do Centro de Saúde, colocar os Técnicos de Saúde necessários ao funcionamento da Unidade Móvel de Saúde.

Continuou a sua intervenção e referiu que o Município assinou um Protocolo com a Associação Leque para apoio à implementação e execução do projeto “Alfândega em Rede – Inovação, Inclusão e Sustentabilidade, no antigo espaço do Centro de Saúde, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, responsabilizando-se a Câmara pela execução das obras que são necessárias. No passado, disse, o anterior Executivo assinou um Protocolo com o Centro de Dia dos Picões, uma vez que este Centro tinha um crédito no Município no valor de setenta e dois mil euros. O atual Executivo pediu ao Centro de Dia dos Picões o perdão da dívida, a troca da realização de obras no próprio Centro de Dia. Passados dois anos, o Centro de Dia dos Picões solicitou informação ao Município para quando estariam previstas a realização dessas obras, ao que o Município respondeu que não tinha capacidade técnica para realizar as obras acordadas anteriormente. Disse, depois, que é com grande espanto que este Protocolo assinado com a Associação Leque é exactamente o contrário do que foi comunicado ao Centro de Dia dos Picões, ou seja, que tinha capacidade técnica para realizar as obras.

Seguidamente, o Senhor Deputado Luís Terêncio chamou à atenção para o Gabinete de Acção Social do Município, uma vez que os Vereadores da oposição já demonstraram o seu desagrado nas Reuniões de Câmara relativamente às informações prestadas por estes serviços. Estas informações limitavam-se a mencionar a composição do agregado familiar e a respetiva situação profissional, e o valor do apoio financeiro, eventualmente a conceder. Assim, solicitou ao Executivo que ordenasse ao Gabinete de Acção Social para que futuramente enviasse informação mais completa sobre quem requeria esses apoios, sendo a mesma acompanhada por documentos, como fotocópias dos Bilhete de Identidade/Cartões de Cidadão dos membros do agregado familiar, Declaração de Rendimentos, entre outros, para que nas Reuniões de Câmara, os Vereadores pudessem decidir mais correctamente sobre quem na realidade necessitava de ajuda financeira.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados que a Senhora Presidente da Câmara não se encontrava presente nesta sessão por se ter deslocado a Lisboa, para uma Reunião com o Bastonário da Ordem dos Advogados, conjuntamente com outros Presidentes das Câmaras Municipais da região, tendo como objetivo impedir a aprovação do novo Mapa Judicial, numa tentativa de evitar o encerramento do Tribunal de Alfândega da Fé.

Continuou a sua intervenção, solicitando ao Senhor Vereador Arsénio Pereira, que tomasse o seu lugar na Sessão da Assembleia Municipal, pois deveria estar sentado no seu lugar reservado, e não noutra lugar, tendo o Vereador Arsénio Pereira respondido que não iria atender ao seu pedido.

O Senhor Presidente da Mesa continuou a sua intervenção e respondeu ao Deputado Luís Terêncio, dizendo-lhe que, em relação à marcação desta sessão para um dia de semana útil, deveu-se a duas razões: a primeira teve a ver com o estipulado no Regimento da Assembleia Municipal, que prevê o mês de fevereiro como o mês para a realização da primeira sessão Ordinária da Assembleia Municipal; a segunda teve a ver com a preparação dos temas importantes para a Ordem de Trabalho e a convocatória atempada dos Deputados Municipais. Referiu, ainda, que em relação à Ordem do Dia, no ponto número quatro, o tema só ficou terminado no passado dia vinte e três de fevereiro, o que levou à marcação da sessão da Assembleia para aquela data. Disse, depois, que também se sentia incomodado com essa situação, por ser

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

coincidente com dia útil, mas que não iria permitir a realização das sessões da Assembleia Municipal fora dos prazos previstos na Lei.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, solicitou a palavra e cumprimentou todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e respondeu ao Deputado Luís Terêncio, que em relação ao processo da AlfândegaTur, após ter sido aprovado o aditamento na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de sete de Janeiro de dois mil doze, foi enviado para o Tribunal de Contas esse aditamento, com as devidas explicações, tendo o Tribunal de Contas devolvido o mesmo, solicitando mais informações e esclarecimentos sobre o acompanhamento e monitorização do anterior Plano de Saneamento Financeiro. Disse, depois, que o processo está em curso, e que se está a ultimar o pedido de informações adicionais, para depois voltar a reenviá-lo ao Tribunal de Contas.

Relativamente ao Carnaval, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, esclareceu os Deputados Municipais que a Câmara Municipal não organizou os festejos, apenas deu o apoio logístico possível para a sua organização. Disse, ainda, que deixaram as pessoas responsáveis pela organização, nomeadamente o Senhor Fernando Dias decidir a data e a sua estrutura. Depois, disse, que em relação à cedência do autocarro não estava dentro do assunto, pelo que não poderia esclarecer o mesmo.

Informou, depois, os Deputados Municipais que em relação às reuniões com os Presidentes de Junta de Freguesia, o Executivo tem dialogado como nenhum Executivo anterior fez. Disse, ainda, que é verdade que não estão a cumprir todos os acordos previstos, devido aos problemas financeiros da Câmara Municipal, mas têm tentado inteirar-se de todos os problemas das Freguesias, com o objectivo de os resolver.

Em relação ao Mercadinho da Amêndoa, sabem que a Câmara Municipal está com problemas financeiros, mas este evento resulta da dinâmica de promover a Amendoeira em Flor, numa altura em que o Concelho de Alfândega da Fé é visitado por inúmeros turistas. Sabem que os turistas não têm muito dinheiro para gastar e das dificuldades que o País atravessa, mas não podem cortar em tudo, pois existe uma economia local que é preciso dinamizar. Disse, ainda, que nos últimos dois anos a iniciativa tem sido realizada no Posto de Turismo a muito baixo custo e, este ano, realizou-se no recinto do Mercado, estando previsto um custo inerente à iniciativa, de cinco mil euros.

Informou, também, os Deputados Municipais, que as barraquinhas foram emprestadas pelo Município de Saborosa.

Em relação aos Protocolos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu que o Ministério da Saúde não rescindiu o Protocolo que detém com o Município e a Santa Casa da Misericórdia, contudo há muitos problemas que afetam atualmente a Saúde em Portugal, com os constantes cortes que têm sido feitos pelo Governo. Disse, depois, que o Centro de Saúde tem tido grandes dificuldades em colocar os Técnicos na Unidade Móvel de Saúde para se deslocarem às aldeias para prestarem os serviços essenciais às pessoas mais idosas. Continuando, referiu que devido a esta dificuldade do Centro de Saúde em ceder os Técnicos, procedeu-se à celebração deste Protocolo com a Liga de Amigos, com o objetivo de não parar este Projeto, tão fundamental para as pessoas mais idosas, uma vez que era este grupo social que sentia as maiores dificuldades em se deslocarem ao Centro de Saúde.

Quanto ao Protocolo celebrado com a Associação Leque, o Senhor Vice-Presidente explicou que a Câmara Municipal apenas se comprometeu a ajudar em “pequenas obras”, aproveitando um espaço já existente, propriedade da

S.



R.

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ**

Santa Casa da Misericórdia, para por em prática um Projeto que ganhou um Prémio Nacional. Disse, ainda, que neste assunto não existem dois pesos nem duas medidas, referindo que no caso do Centro de Dia dos Picões, está em causa uma grande remodelação do espaço, para o qual a Câmara Municipal tem mais dificuldade em realizar essas obras. Informou, também, que o Senhor Padre Artur Parreira se deslocou ao Município para solicitar o arranque das obras e que, como a Câmara Municipal não tinha disponibilidade imediata, dada a urgência demonstrada pelo Senhor Padre Artur Parreira, decidiu-se efetuar o pagamento da dívida em vez das referidas obras.

No que respeita ao Gabinete de Ação Social, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, confirmou o desagrado e o descontentamento dos Vereadores Arsénio Pereira e Adriano Andrade em relação às informações prestadas pelas Técnicas de Ação Social, referindo, depois, que em conversa que teve com a Chefe de Divisão da Ação Social, teve conhecimento que muita informação não podia ser transmitida ao abrigo do sigilo profissional, reafirmando que têm de confiar no profissionalismo e na hombridade das trabalhadoras, acreditando que toda a informação prestada por elas, é fundamentada em documentação comprovativa. Disse, ainda, que podia existir alguma melhoria na prestação dessa informação, mas nunca nos moldes em que ela era solicitada.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra para comentar algumas explicações dadas pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara relativamente às questões por si suscitadas. Em relação aos Presidentes de Junta, e não querendo duvidar das boas intenções dos diálogos que o Executivo tem com eles, referiu alguns casos concretos, onde nesses diálogos foram diagnosticados os problemas das Freguesias, mas depois esses acordos não eram cumpridos.

Quanto ao Protocolo assinado com a Liga dos Amigos do Centro de Saúde, para colocação de Técnicos na Unidade Móvel, reiterou que o mesmo não fazia nenhum sentido, uma vez que de acordo com o Protocolo Tripartido – Município/Santa Casa/Centro de Saúde, era da responsabilidade do Centro de Saúde a gestão de meios humanos, e como tal a colocação dos respetivos técnicos. Acrescentou, depois, que se o Centro de Saúde não tinha capacidade para colocar os Técnicos, que rescindisse o Protocolo então assinado.

Em relação ao Protocolo celebrado com a Associação Leque, o Senhor Deputado Luís Terêncio, disse que não compreendia o porquê de se ter celebrado esse Protocolo, uma vez que o Projeto em causa iria ser financiado pelo Baixo Sabor.

Continuou a sua intervenção e disse que relativamente ao Gabinete de Ação Social, compreendia que alguma informação estivesse protegida pelo sigilo, mas lembrou que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando era Vereadora da oposição, exigia e muito bem, rigor nessas informações prestadas aos Vereadores, e que era esse rigor, que agora, também, exigiam.

### **ORDEM DO DIA**

#### **1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**

Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 28/02/2012, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexa cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida.

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, solicitou a palavra e referiu que esta informação já era habitual vir às sessões da Assembleia Municipal, e que a mesma fazia o resumo dos trabalhos desenvolvidos pelas várias Divisões do Município.

De seguida, o Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, por dizer que o documento em apreço é muito extenso e contém informação desnecessária. Disse, ainda, que este documento chegou tarde aos membros da Assembleia, o que não permitiu uma leitura e análise mais profunda. Depois, leu o quarto parágrafo da informação, referente à Divisão Financeira e que a seguir se transcreve: *“ A Divisão Financeira propôs ainda a emissão de uma circular a enviar a todos os agentes económicos, com o intuito de alertar que não podem fornecer qualquer bem ou serviço ao Município de Alfândega da Fé, sem que este esteja antecedido da entrega/envio, de um documento, compromisso, requisição ou nota de encomenda que tenha o número de cabimento e clara identificação da entidade emitente, tendo sido emitida e enviada para todos os fornecedores, credores e empreiteiros que trabalham com o Município”*. Posteriormente perguntou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara se esta circular ocorria de uma obrigação imposta pelo Governo, ou se era um procedimento instituído pelo Município, resultado de alguma coisa que aconteceu e que não deveria ter acontecido.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e, dirigindo-se ao Senhor Deputado Luís Terêncio, disse que é a primeira vez que viu alguém queixar-se de ter informação a mais. Disse, ainda, que concordava com a observação do Senhor Deputado em relação ao envio tardio da documentação, alertando, depois, os serviços, para que de futuro isso não acontecesse.

Seguidamente, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e explicou que a questão anteriormente levantada pelo Deputado Luís Terêncio, prendia-se com a organização dos serviços e com a imposição da Lei de Orçamento de Estado para o ano de dois mil e doze. Disse, ainda, que o Executivo, quando iniciou funções, reformulou a organização dos serviços, e esta forma de proceder já vinda sendo implementada. Com o Orçamento de Estado para o ano de dois mil e doze tornou-se numa obrigação, pois a despesa inerente a qualquer aquisição de bens ou serviços deve estar devidamente cabimentada e autorizada.

O Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e questionou o Executivo sobre uma carta recepcionada pelo Município remetida pelo Governo, onde era solicitada informação discriminada sobre o passivo e as entidades credoras, e pediu para que a resposta fosse facultada à Bancada do PSD/CDS-PP, tendo o Senhor Vice-Presidente da Câmara respondido que ainda não foi recebida essa carta, mas que a mesma não era necessária para se saber qual era a real dívida do Município, pois todos os meses são enviados esses dados à DGAL e ao Tribunal de Contas.

### **2. REORGANIZAÇÃO DO MAPA JUDICIÁRIO**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por dizer que a Senhora Presidente da Câmara, não se encontrava presente nesta sessão devido a este tema, tendo-se deslocado a Lisboa para participar numa reunião com o Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados. Disse, depois, que esta proposta de reorganização elaborada pelo Governo, prevê o encerramento de quarenta e sete tribunais, entre os quais, o de Alfândega da Fé.

Continuou a sua intervenção e disse que no estudo elaborado pelo Governo, no Tribunal de Alfândega da Fé, entraram nos últimos três anos, cento e cinquenta e seis processos cíveis e cento e quarenta e um processos criminais.

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

No entanto, disse, num estudo elaborado pela Câmara Municipal junto do Tribunal de Alfândega da Fé, concluiu-se que entre dois mil e oito e dois mil e onze entraram uma média de quatrocentos e quarenta e cinco processos, ou seja, muito acima do que está previsto no estudo encomendado pelo Governo, e que no final do ano de dois mil e onze, existiam seiscentos e dezanove processos pendentes.

Depois, disse, que seria interessante a Assembleia Municipal aprovar um documento para ser enviado à Senhora Ministra da Justiça, demonstrando a total discordância para com esta medida.

O Senhor Deputado Carlos Alendouro solicitou a palavra e informou os Deputados Municipais, que a Bancada do PS tinha elaborado uma moção, que passou a apresentar e que a seguir se transcreve: *“No passado mês de Janeiro de 2012, foi tornado público pelo Ministério da Justiça, um documento de trabalho intitulado “Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judicial” o qual prevê o encerramento de 47 Tribunais em todo o País, nos quais se inclui o de Alfândega da Fé. Tal como tem vindo a acontecer noutras situações, as medidas de reorganização ou reforma do Governo de Portugal, são sinónimo de extinção ou encerramento de serviços essenciais às populações, aumentando as desigualdades entre aqueles que possuem condições sociais e económicas que permitam aceder aos serviços públicos distantes do local onde vivam, e os que pela idade, ou pela insuficiência de meios, vêm os seus direitos de cidadania diminuídos.*

Assim:

- *Considerando que o encerramento do Tribunal de Alfândega da Fé é uma medida que vai contribuir fortemente para o esvaziamento, isolamento e desertificação do nosso Concelho, aumentando os desequilíbrios territoriais do País;*
- *Considerando que vem por em causa um direito constitucional de acesso à justiça que assiste a todos os cidadãos, independentemente dos seus rendimentos e locais de residência, sendo nosso entendimento que a proximidade dos serviços de justiça é um elemento essencial para a garantia desse direito;*
- *Considerando que, e pese embora o facto do documento referir que a distância entre os Municípios de Alfândega da Fé e Torre de Moncorvo ser de 35 Km, cuja distância pode ser percorrida em cerca de 40 minutos, o estudo não teve em conta a distância e o tempo a percorrer para as diversas Freguesias do Concelho, e que em muitas situações vai demorar mais de 60 minutos, e também não teve em conta o facto de nenhuma freguesia do Concelho ter transporte público de acesso a Torre de Moncorvo. Por outro lado, é de realçar que o transporte público sai da sede de Concelho às 07.00 horas, com chegada provável a Torre de Moncorvo às 07.50 horas, regressando de Torre de Moncorvo às 18.00 horas com chegada provável a Alfândega da Fé às 18.50 horas;*
- *Considerando a debilidade socioeconómica da nossa população, aliás expressa no facto de cerca de metade dos processos beneficiarem de apoio judiciário, e também porque mais de um terço da população do Concelho é idosa, o encerramento do tribunal criará enormes constrangimentos no acesso à justiça;*
- *Considerando que a média de processos entrados no Tribunal de Alfândega da Fé, entre os anos de 2008 e 2011 foi cerca de 445 e que no final de 2011 existiam 619 processos pendentes;*
- *Considerando que de facto o Tribunal de Alfândega da Fé se encontra a funcionar em instalações cedidas gratuitamente pelo município, não trazendo, por conseguinte, qualquer encargo para o Estado, já que a autarquia tem vindo a assumir também os encargos com a sua manutenção, como aconteceu ainda recentemente com a remodelação e ampliação das instalações do Tribunal;*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

- *Considerando que no quadro comparativo de Recursos Humanos que consta no documento de trabalho não haverá alterações significativas, uma vez que relativamente ao número de lugares de Juizes e Magistrados do Ministério Público a proposta é exactamente igual ao que actualmente estão em exercício de funções, os quais também já estão agregados a Torre de Moncorvo;*

### **Pelo exposto:**

*A Assembleia Municipal de Alfândega da Fé vem manifestar a sua profunda discordância face à referida proposta, e exige a manutenção dos actuais serviços de Justiça no Concelho de Alfândega da Fé”.*

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e disse que concordava com a moção apresentada pela Bancada do PS, e que reiterava as palavras apresentadas pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, e pelo Senhor Deputado Carlos Alendouro. Pediu, depois algum tempo para proceder a uma leitura pormenorizada do documento, após o que se pronunciaria de forma definitiva sobre o mesmo.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal manifestou concordância com a moção apresentada pela Bancada do PS.

O Senhor Deputado Luís Terêncio após efectuar a leitura do documento, referiu que se devia introduzir no ponto que mencionava o número de processos, quem elaborou esse estudo, de forma a garantir a veracidade dos novos números apresentados.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a moção à votação, tendo sido aprovada, por **unanimidade**, dos trinta e quatro Deputados presentes.

### **3. PROPOSTA DE LEI SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTARQUICA**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, solicitou a palavra e informou os Deputados Municipais que a Organização Administrativa Territorial Autárquica já tinha sido aprovada em Conselho de Ministros, mas ainda não tinha sido discutida na Assembleia da República. Disse, ainda, que ocorria do Livro Verde já discutido na Assembleia Municipal. Esta medida a ser implementada, o nosso Concelho ficará apenas com oito Freguesias, de acordo com os valores populacionais instituídos no documento.

Continuou a sua explicação e referiu que este documento foi elaborado sem consultar os restantes partidos, e não tinha a aprovação da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) nem da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses). Disse, depois, que era um documento que ainda tinha de ser aprovado pela Assembleia Municipal, referindo que algumas fontes informaram o Executivo, que o Governo poderia voltar atrás nesta proposta.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e perguntou ao Executivo se o que vinha apresentar à Assembleia Municipal era uma consulta ou uma proposta, uma vez que já tinha reunido com os Presidentes de Junta de Freguesia. Disse, depois, que gostaria de ouvir a proposta apresentada pelo Executivo e pela Bancada do PS.

O Senhor Deputado Carlos Alendouro solicitou a palavra e disse que o Executivo não deveria apresentar uma proposta concreta, enquanto não houvesse uma decisão final sobre este documento.

Continuou a sua intervenção e comentou que o Governo não teve o devido cuidado com as áreas rurais, demonstrando uma falta de preocupação para com a sua população, e evidenciando um total desconhecimento da realidade do interior do País.

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Disse, depois, que esperava que esta decisão não seguisse em frente na Assembleia da República, e que os Deputados do Interior do País pudessem contribuir para isso.

O Senhor Deputado Luís Terêncio interveio e comentou que concordava com a intervenção do Deputado Carlos Alendouro, mas defendia que se deveria elaborar uma proposta para se tentar salvar o maior número de Freguesias. Disse, ainda, que não se deveria andar a perder tempo, pois a entrega desta proposta deveria ter prazos, e ao adiar essa decisão poderia ser tarde de mais.

Continuou a sua intervenção e questionou o Executivo sobre a data limite de apresentação desta proposta e qual a posição do Executivo sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia comentou que a proposta apresentada pelo Governo não impunha data limite, apenas fazia referência que o Governo queria ter este assunto resolvido até Junho. Disse, ainda, que esta proposta podia ser aprovada na Assembleia da República. Referiu, depois, que concordava com o que o Deputado Luís Terêncio disse, mas que se deveria aguardar pela decisão final do Governo.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra, informando os Deputados Municipais que este ponto veio à Assembleia Municipal apenas para dar conhecimento e para lançamento de discussão. Disse, ainda, que o Executivo não tinha uma proposta concreta e pensava que era prematuro ter sem que houvesse uma decisão final, pois essa Proposta de Lei ainda não tinha sido discutida nem aprovada na Assembleia da República. Disse, depois, que esta Proposta ia ser discutida no dia um de Março de dois mil e doze no Parlamento e se viesse a ser aprovada, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia teriam de fazer alguma coisa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### 4. PROCESSO DA 2ª ALTERAÇÃO DO PDM DE ALFÂNDEGA DA FÉ – APRECIACÃO E VOTAÇÃO

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e disse que faltava informação sobre este tema, nomeadamente a lista de presenças da aprovação por unanimidade em Reunião de Câmara e a respectiva ata. Disse depois que a Bancada do PSD/CDS-PP iria votar a favor.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Executivo sobre quem esteve presente e quem faltou na última Reunião de Câmara Municipal, realizada no passado dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e doze, tendo o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, respondido que apenas tinha faltado a Senhora Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, não registando mais inscrições, colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado, por **maioria**, dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e três votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, a “2ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé”.

### 5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE PROTECCÃO CIVIL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, informou que o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil é um documento obrigatório pela Lei de Bases da Protecção Civil. É um documento que define a atuação dos diversos agentes de Protecção Civil e a sua forma de operação a nível municipal.

Disse, depois, que este Plano foi mandado elaborar pela Associação de Municípios da Terra Quente para os cinco Municípios, com exceção de Macedo de Cavaleiros, que já tinha o plano elaborado.

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Continuou a sua intervenção e informou os Deputados Municipais que estava presente na sessão da Assembleia Municipal o Dr. Frederico Antunes, da empresa Municípa, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé, e que iria apresentar uma breve explicação.

O Senhor Dr. Frederico Antunes solicitou a palavra e apresentou cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e explicou aos Deputados Municipais no que consistia o Plano Municipal de Emergência, explicando as normas e os procedimentos que cada agente de Protecção Civil Municipal deveria ter.

Continuou a sua explicação e disse que o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé era um Plano de segunda geração, englobado num projeto da Associação de Municípios da Terra Quente, entre os quais fazia parte o Município de Alfândega da Fé, e contemplava dois aspetos importantíssimos, que anteriormente não eram contemplados, que eram os critérios de ativação e a cartografia de risco. Disse, ainda, que o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé iria ser inserido no Plano Director Municipal de Alfândega da Fé. Depois, disse, que na cartografia de risco estavam contemplados os riscos que poderiam afectar o Concelho de Alfândega da Fé, nomeadamente, fenómenos como ondas de calor, vagas de frio, incêndios florestais, cheias e movimentos de vertente.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e disse que a informação deste ponto estava mal elaborada. Disse ainda que este Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé não era feito pela Câmara Municipal, mas pela empresa Municípa. Disse, depois, que o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé, foi objeto de uma candidatura ainda do anterior Executivo, tendo mais tarde a Associação de Municípios da Terra Quente aproveitado os moldes da candidatura, alargando-a aos restantes Municípios, exceto ao Município de Macedo de Cavaleiros.

Continuou a sua intervenção e questionou o Executivo se a candidatura inicial que previa a aquisição de software e hardware para o departamento, tinha sido alterada ou se tinha sido mantida nos anteriores moldes.

Perguntou, depois, se a Técnica Superior de Geografia, Carina Figueiredo, recentemente colocada na EDEAF, não sendo Técnica do Município, poderia assinar as informações.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, solicitou a palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que em relação à primeira questão apresentada não se encontrava dentro do assunto, passando a palavra ao Dr. Frederico Antunes.

O Senhor Dr. Frederico Antunes respondeu ao Deputado Luís Terêncio que também não estava por dentro dessa primeira candidatura, dizendo apenas que a presente candidatura incluía a elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé e a campanha de sensibilização.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, solicitou a palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que provavelmente a candidatura inicial tinha sido alterada.

Em relação à Técnica Superior, Carina Figueiredo, responsável pela elaboração da informação, referiu que através de um despacho era possível à Técnica colocada na Empresa EDEAF, trabalhar para o Município no Gabinete de Protecção Civil e assinar as informações.

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, não registando mais inscrições, colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado, por **unanimidade**, dos trinta e quatro Deputados presentes, o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, em apreço.

### **6. DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MANDATO DE 2012/2013**

O Senhor Deputado Carlos Alendouro solicitou a palavra e informou os Deputados Municipais que a Bancada do PS gostava de apresentar dois nomes para ingressarem na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alfândega da Fé, sendo elas o Professor David Neno e o Dr. Miguel Franco.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e informou os Deputados Municipais que também pretendia apresentar dois nomes para ingressarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alfândega da Fé, sendo elas a Professora Maria Augusta Rodrigues e a Enfermeira Conceição Chino.

O Senhor Presidente da Mesa, não registando mais inscrições, colocou o ponto à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos trinta e quatro membros presentes, designar para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alfândega da Fé, as quatro pessoas indicadas.

### **7. PARA CONHECIMENTO, RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, REFERENTE A 2011**

O Dr. Miguel Franco solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção dando a conhecer aos Deputados Municipais o relatório de actividades e avaliação da CPCJ referente a 2011.

Continuou a sua intervenção e disse que a CPCJ, anualmente, reporta as actividades a diversas entidades, nomeadamente à Comissão Nacional, Assembleia Municipal e ao Ministério Público, desenvolvidas no ano anterior.

Depois deu a conhecer toda a actividade e o ponto de situação dos processos em que a CPCJ está empenhada. Disse, ainda, que, relativamente ao relatório de actividades e avaliação da CPCJ, o mesmo pode ser disponibilizado aos Deputados Municipais caso estes o solicitassem.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PERÍODO PARA INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**

Não se registaram inscrições.

Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato.

A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

---

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

S.



R.

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ**

O Primeiro Secretário

---

(David Joaquim Neno)

O Segundo Secretário

---

(Domitila de Fátima Morais Branco)